

Educação Ambiental foi recomendada sua inserção na Resolução de Diretrizes para Elaboração de Plano de Recursos Hídricos da bacia.

Art. 8º :aprovado o *caput* e o inciso I e II com o texto original. No inciso III foi substituído o texto “participação...” por “participação dos usuários será habilitada, à medida que sejam expedidas as outorgas pelos poderes públicos competentes, considerando os critérios de renovação a serem definidos pelo Comitê.” No inciso IV suprimir “ de dois anos”. Incluir como inciso V “o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição. Os antigos incisos V e VI passam para VI e VII respectivamente com as redações originais aprovadas.

Art. 9º: aprovado o *caput* . No parágrafo 1º incluir “pelo menos 3(três) das seguintes categorias”. No inciso III deste parágrafo substituir “segmentos” por “usos” e no inciso IV suprimir “marcante” e incluir “podendo este numero ser reduzido, à critério do Conselho, em função das características locais e de justificativas elaboradas por pelo menos três entidades civis”. No § 2º foi aprovada a inclusão de um inciso IV com a redação: “indicação da Diretoria Provisória”. O § 3º foi aprovado com o texto original. No § 4º substituir “nomear os” por “dar posse aos”. Os § 5º, 6º e 7º foram aprovados com a redação original.

Art. 10 : aprovado original.

Art. 11 : aprovado como no original até inciso I . O inciso II ficou com a seguinte redação: “II- a representação dos usuários nos Comitês será estabelecida em processo de negociação entre estes agentes, levando em consideração:a) a vazão outorgada b) o critério de cobrança pelo direito de usos das águas que vier a ser estabelecido e os encargos decorrentes aos setores e a cada usuário; c) outros critérios que vierem a ser consensados entre os próprios usuários, devidamente documentados e justificados ao Conselho Nacional”. Neste artigo, foi aprovada a inclusão de um § único com o texto: “O somatório de votos dos usuários , pertencentes a um determinado setor considerado relevante, na bacia hidrográfica conforme consta das alíneas “a a f”, não poderá ser inferior a 4 %(por cento) e superior a 20%(por cento).

Art. 12 e 13 : sem alterações.

Em seguida passou-se a discussão do segundo ponto de pauta que tratava sobre a proposta de Revisão da Composição do CNRH. Dr. Airton coloca em pauta a discussão da busca de redução da participação do Executivo (Gov. Federal e Estaduais) no CNRH a fim de cumprirmos o espírito da Lei 9433/97 que seria a paridade entre o Executivo e os usuários e organizações civis, solicitando que conste em ata sua declaração. Após discussões foi aprovado a criação de quatro vagas : 1 vaga para o Ministério de Integração Nacional; 1 vaga para Entidades de Ensino e Pesquisa; 1 vaga para o MMA/SRH que será transferida para a ANA posteriormente e 1 vaga para os Conselhos Estaduais (o Fórum de Secretários Estaduais de Saneamento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente decidirá quem ocupará esta vaga).

Em 13 de janeiro continuou-se a reunião da Câmara Técnica para Assuntos Legais e Institucionais para discutir-se o último ponto da pauta: Proposta de Resolução de Diretrizes para o Enquadramento de Corpos de Água. A metodologia de trabalho acordada foi à mesma desde o início dos trabalhos. Foram apresentadas propostas pelo Conselho de S. Paulo, concessionárias e geradoras do setor elétrico, ABRH, CNI e um substitutivo pelo Conselho de Minas Gerais. A equipe que elaborou a proposta inicial, apresentou uma nova versão da proposta onde incorporava várias propostas de emendas.

Iniciaram-se as discussões. Os Conselheiros buscaram compor um novo texto que garantisse os avanços propostos nas emendas e substitutivos. Como o texto inicial sofreu muitas modificações, transcrevemos o novo texto, na íntegra, aprovado nesta Câmara:

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO CNRH DE DIRETRIZES PARA O ENQUADRAMENTO DE CORPOS DE ÁGUA

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreto n.º 6122 de 3 de junho de 1998, e

Considerando que o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes é instrumento fundamental no gerenciamento de recursos hídricos e no planejamento ambiental;

Considerando que o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deve obedecer às normas estabelecidas na legislação ambiental específica e, em especial, na Resolução CONAMA N.º 20, de 18 de junho de 1986;

Considerando que o enquadramento é um reflexo das diretrizes de uso racional, de preservação e de controle ambiental definidos para os recursos hídricos e, por isso, deve ser estabelecido em conformidade com os Planos de Recursos Hídricos da bacia e com os Planos de Recursos Hídricos Nacional e Estadual;

Considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, de forma a subsidiar a implementação deste instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituído pela Lei N.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Para efeito desta resolução são adotadas as seguintes definições:

- a) enquadramento de corpos de água: estabelecimento do nível de qualidade (classe) a ser alcançado e/ou mantido em um dado segmento do corpo de água ao longo do tempo;
- b) classificação: qualificação das águas doces, salobras e salinas com base nos usos preponderantes (sistemas de classes de qualidade);
- c) Planos de Recursos Hídricos: planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos, obedecido o que consta nos Artigos 6º e 7º da Seção I, Capítulo IV da Lei 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
- d) Plano de Ação e de Investimentos: conjunto de medidas a serem tomadas com investimentos e prazos detalhados para atender às metas de enquadramento definidas;
- e) alternativa de enquadramento de referência - medidas e investimentos necessários para atender, de forma satisfatória, aos usos atuais dos recursos hídricos na bacia hidrográfica;
- f) alternativa de enquadramento prospectiva - medidas e investimentos necessários para atingir, de forma satisfatória, uma determinada alternativa de usos futuros para os corpos hídricos da bacia hidrográfica.
- g) Relatório Técnico: documento que incorpora os estudos e avaliações realizadas para consubstanciar e justificar a Proposta de Enquadramento e o Plano de Ação e de Investimentos.

Art. 2º As Agências de Bacia, no âmbito de sua área de atuação, proporão aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica o enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, com base nas respectivas legislações de recursos hídricos e ambientais e segundo os procedimentos dispostos nesta resolução.

Parágrafo único. Na ausência de Comitês de Bacias Hidrográficas, as propostas serão elaboradas pelos consórcios ou associações intermunicipais de bacias hidrográficas com a participação dos órgãos gestores de recursos hídricos, em conjunto com os órgãos de meio ambiente, e encaminhadas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou ao respectivo Conselho Estadual ou Distrital de Recursos Hídricos, de acordo com a esfera de competência.

Art. 3º O processo de enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes deverá ser desenvolvido em decorrência e em consonância com o Plano de

Recursos Hídricos da bacia e os Planos de Recursos Hídricos, Estadual ou Distrital, Regional e Nacional e observará as seguintes etapas:

- I - diagnóstico do uso e da ocupação atual do solo e dos recursos hídricos na bacia hidrográfica;
- II - prognóstico do uso e da ocupação futuro do solo e dos recursos hídricos na bacia hidrográfica;
- III - elaboração da Proposta de Enquadramento e do Plano de Ação e de Investimentos;
- IV - aprovação do Plano de Ação e de Investimentos para efetivar o enquadramento e da Proposta de Enquadramento e respectivos atos jurídicos.

Parágrafo único. No preparo da proposta de enquadramento deverão ser compiladas as informações reunidas nos estudos desenvolvidos para os Planos de Recursos Hídricos da bacia, que deverão ser consubstanciadas em um diagnóstico e um prognóstico do uso e ocupação do solo, bem como do aproveitamento dos recursos hídricos da bacia hidrográfica. Na eventualidade de não estarem disponíveis as informações necessárias para o preparo da proposta de enquadramento no Plano de Recursos Hídricos, estas deverão ser levantadas com o detalhamento compatível.

Art. 4º Na etapa de diagnóstico do uso e da ocupação do solo e dos recursos hídricos na bacia hidrográfica serão abordados os seguintes itens:

- I - caracterização geral da bacia;
- II - aspectos jurídicos e institucionais;
- III - aspectos socioeconômicos;
- IV - uso e ocupação atual do solo;
- V - identificação das áreas reguladas por legislação específica e das áreas em processo de degradação;
- VI - disponibilidade e demanda atual de águas superficiais e subterrâneas;
- VII - identificação das fontes de poluição pontuais e difusas atuais oriundas de efluentes domésticos e industriais, de atividades agropecuárias e de outras fontes causadoras de impactos sobre os recursos hídricos;
- VIII - estado atual dos corpos hídricos, apresentando a condição de qualidade por trecho, consubstanciado por estudos de autodepuração consistentes.

Art. 5º Na etapa de prognóstico do uso e da ocupação do solo e dos recursos hídricos na bacia hidrográfica serão formuladas projeções com horizontes de curto, médio e longo prazos, que incluirão:

- I - evolução da distribuição das populações e das atividades econômicas;
- II - evolução de usos e ocupação do solo;
- III - políticas e projetos de desenvolvimento previstos;
- IV - evolução da disponibilidade e da demanda de água;
- V - evolução das cargas poluidoras dos setores urbano, industrial, agropecuário e de outras fontes causadoras de impactos sobre os recursos hídricos;
- VI - evolução das condições de quantidade e qualidade dos corpos hídricos, consubstanciada em estudos de simulação consistentes;
- VII - usos desejados de recursos hídricos.

Parágrafo único. Os horizontes e prazos das projeções serão estabelecidos pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Art. 6º Na etapa de elaboração da proposta de enquadramento e do Plano de Ação e de Investimentos, serão desenvolvidas, para cada projeção, alternativas de enquadramento: uma de referência e uma ou mais prospectivas, todas com base nas informações obtidas e nas avaliações feitas nas etapas de diagnóstico e prognóstico.

Parágrafo único. Nessa etapa, deverão ser considerados os seguintes itens:

- I – usos atuais e futuros dos recursos hídricos;
- II - medidas a serem tomadas para atender às metas;
- III - impactos socioeconômicos e ambientais;
- IV - Plano de Ação e de Investimentos para cada alternativa de enquadramento e respectivos cronogramas;

Art. 7º Na etapa de aprovação do Plano de Ação e de Investimentos, da Proposta de Enquadramento e respectivos atos jurídicos deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - as alternativas de enquadramento e seus respectivos Planos de Ação e de Investimentos serão divulgadas de maneira ampla e apresentadas na forma de audiências públicas especialmente convocadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica;

II - uma alternativa de enquadramento e seu Plano de Ação e de Investimentos será selecionada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica que a submeterá ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou ao respectivo Conselho Estadual ou Distrital de Recursos Hídricos, de acordo com a esfera de competência;

III - o Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou o respectivo Conselho Estadual ou Distrital de Recursos Hídricos, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente, aprovará o enquadramento dos corpos de água, de acordo com a alternativa selecionada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica, por meio de Resolução.

Art. 8º As Agências de Bacia terão a responsabilidade de implementar o Plano de Ação e de Investimentos concernente à respectiva Proposta de Enquadramento dos corpos de água em classes, aprovada pelo Comitê de Bacia Hidrográfica.

Parágrafo único. O Plano de Ação e de Investimentos deverá ser aprovado por deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Art. 9º Aos órgãos gestores de recursos hídricos e aos órgãos de controle ambiental compete monitorar, controlar e fiscalizar os corpos de água para avaliar se as metas do enquadramento estão sendo cumpridas.

§ 1º A cada dois anos, os órgãos gestores de recursos hídricos e os órgãos de controle ambiental encaminharão um relatório ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou ao Conselho Estadual ou Distrital de Recursos Hídricos, identificando os corpos de água que não atingiram as metas estabelecidas e as respectivas causas pelas quais não foram alcançadas.

§ 2º O Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou o Conselho Estadual ou Distrital de Recursos Hídricos, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional do Meio Ambiente, avaliará e determinará as providências e intervenções necessárias para atingir as metas estabelecidas, com base nos relatórios referidos no parágrafo anterior.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília , 13 de janeiro de 2000-01-24

Aprovada em 11/04/2000

Diane Mara F. Rangel
Relatora

Julio Thadeu Kettelhut
Presidente